

Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão

O presente trabalho baseia-se numa investigação ainda em curso no concelho de Vila Nova de Famalicão, investigação que tem dois objectivos fundamentais — primeiro, aplicar métodos antropológicos ao estudo das classes sociais e, deste modo, contribuir com novos tipos de informação para os debates relativos à formação de classes e à política no Portugal moderno; segundo, fazer a crítica das interpretações estruturalistas da consciência de classe, desenvolvendo uma interpretação alternativa que seja simultaneamente antropológica e histórica.

O OBJECTO DA ANÁLISE

Várias análises ¹ apresentam o concelho de Vila Nova de Famalicão como económica e politicamente ambíguo. Tem simultaneamente agricultura de subsistência e indústria de exportação e uma grande parte da sua população activa cabe naquela categoria a que alguns sociólogos chamam *semiproletariado* ou *camponeses-operários*. Isto é, muitos, se não a maioria, dos operários que trabalham nas fábricas a troco dum salário trabalham também na agricultura, normalmente para eles próprios ou para familiares seus e, portanto, sem terem propriamente um salário. Estes trabalhadores desafiam as teorias lineares do desenvolvimento económico ou político, que pressupõem uma tendência histórica inevitável da agricultura para a fábrica, do campo para a cidade, da religião para a ciência ou do campesinato para o proletariado. Tais teorias, normalmente, definem o camponês como o trabalhador prototípico duma sociedade feudal (ou agrária, ou tradicional), enraizado numa agricultura de subsistência de escala reduzida, que vai buscar a sua identidade social ao seu apego a uma área geográfica muito reduzida e depende duma série de patronos ou intermediários (senhorios, padres, advogados, médicos, professores, comerciantes), que lhe controlam os contactos com o mundo que está para lá da sua aldeia. As mesmas teorias definem o proletário

* Universidade John Hopkins, EUA.

¹ Entre as importantes análises regionais relativas a esta questão contam-se:

José Nunes Coelho, *Factores Explicativos do Comportamento Político da População Portuguesa*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1980.

Jorge Gaspar e Nuno Vitorino, *As Eleições de 25 de Abril, Geografia e Imagem dos Partidos*, Livros Horizonte, 1976.

O quadro n.º 1 resume a classificação que Nunes Coelho faz de Famalicão.

como o trabalhador prototípico duma sociedade capitalista (ou industrial, ou moderna), enraizado na produção em grande escala de bens de consumo, que colhe a sua identidade social de interesses compartilhados nacional e internacionalmente com outros proletários e organizado por forma a fazer frente ou contornar as mesmas pessoas que o camponês vê como patronos e intermediários²

Todavia, os trabalhadores de Famalicão, como, de resto, a economia e a política de Famalicão, escapam-se por entre fendas desta clara dicotomia. Alguns analistas económicos referem-se ao litoral norte de Portugal, incluindo Famalicão, como sendo dinâmico e progressivo por incluir alguma actividade industrial, agrícola e comercial moderna. Outros consideram a mesma zona estagnada ou retrógrada porque mantém um número considerável de pequenas fábricas com equipamento antiquado e pequenas propriedades agrícolas que não chegam sequer para prover ao sustento de uma família. De acordo com as teorias lineares de desenvolvimento económico atrás referidas, alguns analistas políticos tentaram conciliar estes aspectos contrastantes, considerando o sector comercial moderno a vanguarda de transformação da economia regional, ao passo que o sector tradicional de subsistência representaria o principal obstáculo ao progresso económico. Mais especificamente, alguns sociólogos vêm sugerindo que a «cultura camponesa» da região sobreviveu à sua «economia camponesa», produzindo uma espécie de hiato, em que os trabalhadores que vivem como proletários ainda pensam como camponeses³. Esta hipótese baseia-se no tipo de análise estruturalista que me propus criticar pelo recurso a métodos antropológicos para o estudo das classes, especialmente dos semiproletários ou camponeses-operários, em Vila Nova de Famalicão.

² Estas questões têm uma longa história, tanto na antropologia, como na sociologia, como ainda no âmbito da própria história. Entre os autores que, para além de Marx, estabeleceram o contraste entre camponeses e proletários nestes termos citem-se: Ferdinand Tomies, Émile Durkheim e, no nosso século, Claude Levi-Strauss.

³ Entre os autores que aplicam a dicotomia camponês-proletário à análise política do Portugal moderno temos:

M. Villaverde Cabral, «Agrarian structures and recent rural movements in Portugal», in *Journal of Peasant Studies*, 5, 3, 1978, 411-445.

Michael Harsgor, *Portugal in Revolution*. Beverly Hills, Sage Publications, 1976.

Robert Harvey, *Portugal: Birth of a Democracy*, Nova Iorque, Saint Martin's Press, 1978.

George McGovern, (senador), *Revolution into Democracy: Portugal after the Coup*, relatório ao Comité de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos da América, 1976.

Phil Mailer, *Portugal: a Revolução Impossível?*, Afrontamento, 1978.

David Plotke, «The end of the Portuguese Empire», in *Socialist Revolution*, n.º 28, de Abril-Junho de 1976.

Paul Sweezy, «Class struggles in Portugal», in *Monthly Review*, n.º 27, 4-5, de Setembro-Outubro de 1975.

Três escritores que tentaram o tipo de análise «a partir de dentro» dos camponeses e a política para que aponta. E. P. Thompson, e cujo trabalho, por isso, difere dos acima citados, embora tratem sensivelmente os mesmos assuntos, são John Hammond, Caroline Brettell e Joyce Riegelhaupt, cada um dos quais contribuiu com um ensaio para o livro:

Lawrence S. Graham e Harry M. Makler (orgs.), *Contemporary Portugal: the Revolution and its Antecedents*, Austin, University of Texas Press, 1979.

AS TEORIAS DE CLASSE ESTRUTURALISTAS

Do meu ponto de vista, cabem no âmbito desta designação um grande número de teorias sociais que distinguem dois níveis básicos de realidade social, colocando-os em oposição «estrutural» um ao outro: as teorias que definem a economia por oposição à política, a sociedade por oposição à cultura ou, concretamente no que se refere às classes, a posição de classe por oposição à consciência de classe. Muitas destas teorias baseiam-se naquilo que esses teóricos considerariam a distinção genericamente marxista entre as relações de produção e a ideologia. Por outro lado, são em grande número as teorias implícita ou explicitamente não marxistas que distinguem a economia da política nos mesmos termos «estruturalistas» ao discutirem os pressupostos económicos necessários à implantação de políticas democráticas de estilo ocidental nos chamados países menos desenvolvidos; por outro lado os antropólogos «estruturalistas» desde há muito têm distinguido sociedade, como modo de agir, e cultura, como modo de pensar⁴. Desde o momento em que qualquer projecto de investigação se quede num ou noutro dos lados destas oposições estruturais, o investigador não tem de ter em consideração se as próprias oposições, e logo as definições dos temas a serem estudados, são problemáticas. O problema reside em que a classe, como objecto de estudo, cai indiscutivelmente no hiato entre a economia e a política, entre a sociedade e a cultura, entre a posição de classe e a consciência de classe.

Uma forma de resolver esta ambiguidade, sem desafiar estas definições por oposição, é dividir classe como um termo geral em duas componentes ou partes — uma de posição de classe e outra de consciência de classe. Os marxistas definem a posição de classe como sendo a relação entre as pessoas e os meios de produção — propriedade no caso dos capitalistas e alienação no caso dos proletários. Os não marxistas, por seu turno, definem posição de classe como o grau relativo na hierarquia do rendimento e da instrução — superior, médio ou inferior. Os marxistas criam novas classes para pessoas que nem controlam os meios de produção nem estão completamente alienados deles — tecnocratas, pequenos burgueses, semiproletários. Os não marxistas pura e simplesmente multiplicam o número de graus na hierarquia social — superior, médio superior, médio inferior, inferior superior, médio médio, inferior inferior, etc. E, no entanto, por muito complexo que seja o suposto sistema de classificação (por assim dizer), a oposição estrutural primitiva entre posição de classe e consciência de classe, entre condições objectivas e percepções subjectivas, continua a ser a base tanto da perspectiva marxista como da não marxista.

⁴ Entre os autores marxistas cujas teorias de classe e consciência de classe diferem em muitos pontos, mas que estão de acordo em fazer uma distinção geral entre posição de classe e consciência de classe, contam-se:

Louis Althusser, «Ideology and ideological state apparatuses», in *Lenin and Philosophy and other Essays*, Nova Iorque, New Left Books, 1971.

António Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, Nova Iorque, International Publishers, 1971.

Georg Lukacs, *History and Class Consciousness*, Cambridge, Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology Press, 1971.

Entre os autores não marxistas que elaboraram uma distinção geral entre sociedade e cultura figura o sociólogo Talcott Parsons (*Toward a General Theory of Action*, Haward University Press, 1951) e o antropólogo Clifford Geertz (*The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque, 1973).

A ALTERNATIVA DE E. P. THOMPSON AO ESTRUTURALISMO

Na sua introdução a *The Making of the English Working Class*, E. P. Thompson assume uma crítica idêntica do estruturalismo e tenta propor uma perspectiva alternativa para o estudo das classes e da consciência de classe.

E procura particularmente demarcar-se dos marxistas estruturalistas que não resistem à

omnipresente tentação de supor que a classe é uma coisa [...] Supõe-se que «essa coisa», a classe operária, tem uma existência real, que se pode definir quase matematicamente — uns tantos homens que estão numa determinada relação com os meios de produção. Com base neste pressuposto, torna-se possível deduzir a consciência de classe que «essa coisa» tinha de ter [...] se «essa coisa» estivesse convenientemente consciente da sua própria posição e dos seus reais interesses. Há uma superestrutura cultural, através da qual este reconhecimento se manifestaria por vias ineficazes [...] Se pensarmos que a classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos admitir isto [...] ⁵.

Aqui, Thompson critica a regra *apriorística* de que a posição de classe, definida em oposição à consciência de classe, determina ou deve determinar essa consciência.

Esta crítica é dirigida especialmente ao estruturalismo marxista. A própria ideia da «falsa consciência» é, para Thompson, um subproduto deste tipo de estruturalismo. Só começando por definir a posição de classe em oposição à consciência de classe é possível partir para a consideração dessa consciência como correcta («verdadeira») ou incorrecta («falsa»). Por outro lado, Thompson critica também a definição não marxista de classe como grau numa hierarquia social. No essencial, ele entende que os argumentos de que se servem os sociólogos para classificar uma dada pessoa como de classe média superior ou classe média inferior não são melhores do que os que os marxistas utilizam para dizer se um indivíduo é proletário ou semiproletário. Em ambos os casos, os teóricos dividem a classe em posição objectiva e consciência subjectiva e tratam a primeira componente como se fosse um atributo intrínseco de cada indivíduo, independente da interacção social e, pior ainda, de qualquer modificação ao longo do tempo.

Thompson, por seu turno, em vez de definir a classe em termos de «posição mais consciência», define-a como

um fenómeno histórico, unificador dum grande número de acontecimentos díspares e aparentemente desconexos, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Saliento que se trata dum fenómeno histórico. Não vejo a classe como uma «estrutura» nem mesmo como uma «categoria», mas como algo que efectivamente acontece (e se pode provar que aconteceu) nas relações humanas.

⁵ Todas as citações de E. P. Thompson constantes do presente trabalho são extraídas da introdução a *The Making of the English Working Class*, Nova Iorque, Vintage Books, 1966.

A definição de classe de Thompson pode ser resumida como uma espécie de acção consciente ao longo do tempo. Procura unificar as duas componentes das definições estruturalistas, consciência e comportamento, insistindo em que a classe é um processo no tempo, e não uma posição no espaço social, e que tem de ser estudada diacronicamente, e não sincronicamente:

[...] a noção de classe implica necessariamente a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, tem uma fluência que escapa à análise se tentarmos pará-la num dado momento e dissecar a sua estrutura. Nem a rede sociológica mais finamente tecida pode dar-nos um espécime puro de classe, como não pode dar-nos um espécime puro de deferência ou de amor. A relação tem de ser sempre encarnada em pessoas reais e num contexto real. Além do mais, não se podem ter duas classes distintas, cada uma com uma existência independente, e depois estabelecer relações entre elas. Não pode haver amor sem amantes, nem deferência sem patrões e trabalhadores [...] Se pararmos a história num dado momento, então não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com uma multidão de experiências. Mas, se observarmos estes indivíduos ao longo dum período de tempo adequado, observamos padrões no seu relacionamento, nas suas ideias e nas suas instituições. Uma classe é definida por homens à medida que vivem a sua própria história, e é afinal esta a sua única definição.

Com esta definição, Thompson procura distinguir a sua alternativa ao estruturalismo, insistindo em que uma classe é uma relação desenvolvida entre pessoas no tempo. E conclui que o estruturalismo, ao tratar a classe como um atributo individual, reduz o problema de classe a um problema metodológico — para decidir se uma dada pessoa é proletária ou semiproletária, da classe média superior ou da classe média inferior, basta-nos apertar a malha das nossas redes sociológicas, especificando melhor os limites dessas categorias. No entender de Thompson, esta sofisticação metodológica é paradoxalmente prejudicada pela sua própria ingenuidade teórica, que ignora a capacidade do indivíduo de se passar duma categoria para outra nas suas relações sociais quotidianas e a capacidade de um grupo fazer a mesma coisa no decorrer de longos períodos históricos. Em resumo, a classe como relação histórica não se imobiliza de forma a permitir este tipo de análise estrutural. Desta fluência não deduz Thompson a necessidade de análises estruturais mais precisas, mas sim a necessidade dum tipo de análise completamente diferente. Por isso insiste em que a classe não é um princípio ordenador da estrutura social num momento específico, mas sim uma «forma social e cultural, que tem origem em processos que só podem ser estudados enquanto se manifestam ao longo dum período histórico considerável»⁶.

⁶ Dado que a investigação está ainda em pleno curso, é difícil saber precisamente que forma irá tomar a análise final. Todavia, é já claro, em parte por razões que se prendem com os tipos de informação disponíveis e em parte pelas razões metodológicas e teóricas defendidas no presente ensaio, que esta análise não pode fazer qualquer distinção categórica contínua entre a história oral como forma de «consciência» e as fontes documentais como formas de «realidade social». Por outro lado, será certamente essencial interpretar as entrevistas à luz das provas documentais e no âmbito dum certo padrão comparativo que permita detectar os tipos de forças

E. P. THOMPSON E A ANTROPOLOGIA DA CLASSE E DE CONSCIÊNCIA DE CLASSE

The Making of the English Working Class é o estudo de uma série de movimentos políticos e culturais da classe operária nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Certos historiadores do movimento operário moderno e da moderna política da classe operária haviam sobretudo considerado esses movimentos como irracionais e utópicos. Em vez de repudiar tais movimentos como fracassos inevitáveis, que não haviam sido enquadrados em sindicatos ou partidos políticos de tipo moderno, Thompson tenta descrevê-los do ponto de vista dos seus participantes. Em suma, busca-lhes a racionalidade interna.

Do mesmo modo, os antropólogos têm de pôr em causa o etnocentrismo que rejeita como irracionais todas as culturas não ocidentais. Caso contrário, não faria sentido estudar essas culturas em grande pormenor partindo do ponto de vista dos seus participantes. Pelo menos neste sentido, o projecto de Thompson de descobrir a racionalidade interna dos primitivos movimentos operários é um projecto antropológico e presta-se a servir de modelo para um estudo antropológico da classe social. Nomeadamente a afirmação de Thompson de que «a classe é definida pelos homens à medida que vivem a sua própria história» veio sugerir-nos que a história oral poderia ajudar a clarificar a formação de classes e da consciência de classe em Vila Nova de Famalicão. A sua crítica às dicotomias estruturalistas entre classe e consciência, ou entre sociedade e cultura, indica também que não se podem procurar na história oral, por exemplo, meros «relatos de acontecimentos» a correlacionar ou contrastar com os «acontecimentos reais.» Devemos encarar o relato como uma parte integrante ou modo de viver a história: isto é, a reprodução verbal é uma actividade social, tanto quanto o é qualquer registo de actividades sociais. Por isso é que, ao interpretar estas histórias orais, procurei considerar, não só o seu conteúdo, mas também os seus usos e formas.

Todavia, nem mesmo este tipo de interpretação respeita todos os critérios de E. P. Thompson para uma perspectiva simultaneamente social, cultural e histórica da classe, principalmente porque não é claro que cada entrevista de per si possa definir a cultura ou a consciência de classe de cada indivíduo, e esta incerteza não seria reduzida se se aumentasse o número de horas passadas com cada entrevistado. O mesmo problema se levanta quando se tenta decidir quantos indivíduos entrevistar para descrever a cultura ou consciência do grupo considerado como um todo. Argumenta Thompson que a definição de classe não é um problema de metodologia, mas sim de teoria, para o qual a melhor solução consiste na adopção duma teoria histórica, e não estruturalista, da classe. Mas nem o próprio Thompson consegue, na minha opinião, resolver realmente nenhum destes problemas teóricos, com a sua insistência na perspectiva

sociais em acção em Famalicão, mas com raízes fora da área local. A indústria têxtil, em particular, proporciona uma história razoavelmente bem definida para comparação com a história da industrialização em outros países e épocas e para análise dos efeitos da economia mundial sobre as classes em Famalicão. A análise aqui representada é estritamente preliminar e, se parece excessivamente consensual, é apenas porque as histórias orais, elas próprias, não incidiam nos aspectos de conflito social. Isto não significa que a minha versão final da história social de Famalicão seja igualmente isenta de conflitos; antes pelo contrário

histórica da classe, na medida em que não clarifica a relação entre a sua definição de classe e a sua teoria de história. Na conclusão do presente ensaio defendo que a teoria da história de Thompson é demasiado histórica — ou seja, acaba precisamente por conduzir a um afastamento da análise da «feitura da história» activa que ele projectara compreender. Entretanto, a análise que se segue da história oral colhida em Famalicão é um pré-requisito necessário à recolha de histórias orais mais profundas e representativas; pretende-se ainda que a história de Famalicão contribua para esclarecer questões mais gerais relativas às classes, respectiva consciência e história.

MÉTODOS DE PESQUISA

Os estudos de Thompson incluídos em *The Making of the English Working Class* são estritamente históricos e ele limita as suas observações ao tipo de provas documentais que foram accidental ou deliberadamente preservadas desde o desaparecimento dos movimentos que se propõe explicar. O mesmo não acontece com o estudo em que se baseia o presente trabalho, que incide sobre uma população que não está segura e sucintamente sepultada em documentos históricos, nem está circunscrita pela participação num dado movimento político ou cultural. Os limites originais, reconhecidamente artificiais, deste estudo foram os do concelho de Vila Nova de Famalicão. Um concelho com mais de 100 000 habitantes dificilmente poderá ser considerado uma comunidade, seja por que critério for. Por outro lado, a sua história é susceptível de conter em si suficiente variação para permitir críticas equilibradas de generalizações estruturalistas sobre a classe proletária e a cultura camponesa. Espero acabar por reconstituir a história social geral do concelho pelo recurso a uma diversidade de fontes históricas e antropológicas, incluindo análises regionais de economia e comunicações, os arquivos de organizações económicas, políticas, religiosas e culturais locais e um número considerável de entrevistas em profundidade. Esta história social terá de descrever as relações entre agricultura e indústria, campo e cidade, religião e tecnologia, para dizer se o concelho sofreu ou não um «progresso» linear coerente do primeiro termo para o segundo.

Em vez de tentar resumir todos estes tipos de fontes neste breve ensaio, concentrei-me aqui numa das séries de entrevistas de história oral. Os entrevistados eram, na sua maioria, «semiproletários» reformados, ou seja, pessoas que tinham trabalhado em fábricas, principalmente têxteis, e simultaneamente na agricultura. Muitas dessas pessoas, especialmente mulheres, continuaram a trabalhar à jorna na agricultura depois de oficialmente se terem reformado das fábricas. Para detectar possíveis contrastes com as interpretações que estes trabalhadores davam da industrialização, entrevistei também outras pessoas, as quais tinham um papel de patrões ou «padrinhos» destes trabalhadores: donos de fábricas, grandes proprietários, professores primários, párocos. As entrevistas foram conseguidas «encadeando» duma pessoa para outra, perguntando quem mais saberia ou queria falar-me sobre a história das fábricas e seus efeitos na agricultura. Alguns dos contactos iniciais destas cadeias foram conseguidos através de párocos, outros através de autoridades locais, outros ainda através de sindicatos. Procurei fazer as entrevistas tão abertas

quanto possível, perguntando simplesmente como as fábricas se tinham desenvolvido e como tinham transformado a vida em geral, permitindo assim ao entrevistado (ou entrevistada) escolher os seus próprios tópicos e pontos importantes. Assim esperava eu que a entrevista, no seu todo, representasse melhor a concepção geral que cada pessoa tinha da história por si vivida. Por outro lado, não posso afirmar que estas primeiras entrevistas representassem os pontos de vista de toda a população, pelo que limito este ensaio à análise das suas implicações para a hipótese da consciência camponesa. Quando os entrevistados eram receptivos à ideia, gravei as entrevistas, e espero compilar uma espécie de arquivo histórico oral com base nessas gravações, compilação essa que ficará à disposição de outros projectos de investigação ⁷.

ESBOÇO DE HISTÓRIA ORAL

Há uma série de temas que aparecem em praticamente todas as entrevistas de história oral realizadas até à data, quer com trabalhadores, quer com os seus patronos, intermediários ou patrões. Em primeiro lugar, tanto quanto pude aperceber-me, a história oral não é um género bem definido em Famalicão. Ou seja, em contraste com sociedades rurais, analfabetas ou pouco alfabetizadas, não há em Famalicão «historiadores orais» geralmente reconhecidos, encarregados de recordar ou registar acontecimentos, nem os relatos de tais acontecimentos estão codificados em formas padronizadas. As entrevistas aqui analisadas dão a impressão de ser mais improvisadas do que recitadas. A falta duma tradição de história oral condicionou fortemente as reacções às minhas perguntas iniciais sobre «a história de Famalicão». A história, enquanto tal, é claramente uma disciplina monopolizada pelos doutores do Porto e Lisboa, e perguntas sobre «história» ou mesmo sobre «histórias sobre a história» desencadeavam principalmente protestos de ignorância, ou vagas referências aos Mouros e Romanos. A expressão «popular» mais saliente acabou por ser os «velhos tempos» ou «antigamente». É talvez importante referir que esta expressão não sugere o constante desenrolar de transformações sociais contínuas, mas sim um contraste mais ou menos abrupto entre o «antes» e o «depois», o «então» e o «agora». Esta sugestão era perfeitamente compatível com o meu interesse pelos efeitos da indústria num enquadramento rural, mas os termos da questão e, consequentemente, das respostas originam automaticamente relatos centrados nas diferenças operadas, e não nos mecanismos de mudança propriamente ditos. Seria necessário levar mais longe a investigação para determinar se esta característica também reflecte uma tendência geral para descrever resultados sem analisar as causas, ou algum tipo de «passividade campesina» em contraste com o «activismo proletário» perante a transformação social.

⁷ Estou agora a planear uma série de entrevistas mais formais, que serão levadas a cabo por uma equipa de investigadores e que irão, por um lado, permitir comparações e generalizações mais controladas e, por outro, ampliar o projectado arquivo de história oral.

A FAMÍLIA NA HISTÓRIA ORAL

O único recurso relativamente padronizado à história oral é o que é feito para reforçar a disciplina familiar. Isto é, os pais usam os tempos antigos como uma espécie de ameaça, deliberadamente destinada a obrigar os filhos a apreciarem os aspectos bons dos tempos actuais. O actor principal nestas histórias orais era também a família. Ocasionalmente surgia a freguesia como a segunda mais importante unidade de experiência histórica, mas o concelho, ou as unidades maiores, incluindo as classes sociais generalizadas, quase nunca desempenhavam tal papel. E é também por esta razão que as perguntas sobre «a história de Famalicão» não foram produtivas. Alguns entrevistados contaram que operários da mesma freguesia a trabalhar na mesma fábrica agiam como um grupo, mas mesmo esta unidade era circunstancial e referida a um incidente particular, não a uma experiência acumulada. Houve, por exemplo, um episódio em que as mulheres duma determinada freguesia tentaram opor-se a que um camião carregado com o milho da renda daquele ano saísse da aldeia, isto durante o período mais crítico de racionamento, nos anos da segunda guerra mundial. Fiz mais perguntas para tentar saber como tinha sido organizada a acção, mas a mulher insistia em que tinha sido espontânea — alguém tocara o sino da igreja e as pessoas tinham-se reunido pensando que havia fogo. Aparentemente, a organização espontânea nem sequer bastou para impedir que o camião invertesse a marcha e saísse da freguesia pela única saída alternativa possível. Embora seja de admitir que esta mulher estivesse a querer proteger alguém fingindo ignorância, parecia considerar o incidente mais divertido do que sério. Dum modo geral, todavia, quase todos os episódios tinham como centro as famílias, e as pessoas, na sua maioria, datavam os acontecimentos subtraindo a idade dos participantes na altura da idade actual dos mesmos, ou tomando como ponto de referência a ordem por que haviam nascido os seus filhos ou irmãos e irmãs.

Esta incidência nas famílias não implica necessariamente que a família seja a célula básica a partir da qual se formam todas as outras organizações sociais — a Igreja, o Estado, a comunidade local, etc. Por outro lado, é significativo que as pessoas interpretem as suas experiências no longo prazo histórico em termos da família. As famílias parecem ter funcionado como unidades económicas fundamentais, tanto na agricultura como na indústria. As pequenas empresas de ambos os sectores começavam normalmente com mão-de-obra exclusivamente familiar, não remunerada, e estes trabalhadores aceitavam condições e tipos de trabalho no seio da família que teriam considerado injustos fora dela. Muitos dos entrevistados referiram que, terminado o seu turno na fábrica, ainda iam trabalhar mais umas horas para os pais na agricultura, respondendo assim a apelos à unidade da família, ou em resultado de ameaças de castigos, embora não se sentissem capazes de trabalhar mais do que um turno na fábrica. Uma mulher, nomeadamente, reconhece que o pai, com rogos e ralhos à mistura, conseguiu que ela trabalhasse mais horas do que ela julgaria fisicamente possível. Ao mesmo tempo, os pais tratavam os filhos, em parte, como investimentos da família, na agricultura, na indústria, na Igreja, na emigração. Esta diversificação fazia obviamente sentido do ponto de vista económico, desde o momento em que os proventos de todos estes

filhos fossem canalizados para uma só carreira familiar (ou «experiência histórica»).

Importa aqui referir que a família funcionava como unidade básica de consumo, tal como de produção. Os filhos entregavam os seus salários ao chefe da família até se tornarem eles próprios chefes de família com orçamentos e carreiras familiares independentes, quer ramificando-se da sua família natal, quer herdando o agregado por morte do anterior chefe. Dentro deste sistema, podia acontecer que um membro da família nunca tivesse o dinheiro necessário para comprar um casaco novo (ou uns sapatos, ou mesmo uma refeição), mas partia do princípio de que, quando precisasse mesmo do casaco novo, ele lhe seria comprado com o orçamento familiar. Neste caso, a necessidade era manifestada ao chefe da família, que equilibrava (nem sempre equitativamente) as necessidades dos vários membros da família. Os rapazes e raparigas mais novos, em particular, tinham muitas vezes de passar sem coisas que os pais consideravam relativos luxos para que o orçamento familiar pudesse cobrir as despesas de educação dum irmão mais velho, normalmente num seminário.

Por outro lado, um casal sem filhos e sem terras — como confirmou um casal nestas condições que entrevistei — era considerado condenado à estagnação económica, se não mesmo à pobreza, por muito que trabalhasse e poupasse.

Segundo alguns historiadores, entre os quais Marx, este tipo de economia doméstica é uma característica das sociedades camponesas⁸. Todavia, em Famalicão, a família também parece ter sido durante algum tempo a forma básica de organização da indústria. Embora esta nova utilização duma forma antiga tenha facilitado a transição do campo para a fábrica, ela também criou alguns problemas às indústrias, nomeadamente têxteis, sujeitas à concorrência no mercado mundial. Algumas empresas familiares passaram várias vezes por graves crises e nalguns casos foram à falência após a morte do seu fundador, da mesma forma que a maior parte das famílias passaram por crises, económicas ou morais, ou de ambos os géneros, na transição duma geração para outra. Desentendimentos de família foram, aliás, a causa mais frequentemente citada, quer por donos ou gerentes de fábricas, quer por operários, para as falências ou encerramentos de fábricas anteriores a 1950. Um indivíduo que se fartou das críticas que os cunhados faziam à forma como dirigia a empresa familiar disse-lhes pura e simplesmente que não trabalhava mais «para eles» e que depois iam ver o dinheiro que a fábrica lhes dava. Parou simplesmente de trabalhar e claro que a fábrica fechou pouco depois.

Criaram-se então novas formas «capitalistas» mais modernas de organização, tais como a companhia limitada, em parte para suprir as debilidades da família como forma de organização. Estas novas formas não podem assentar em trabalho familiar gratuito ou mal pago, nem assumem uma responsabilidade geral ou directa pelas necessidades de subsistência

⁸ Ver também aqui, além das observações de Marx sobre o assunto da economia doméstica rural: Edward Banfield, *The Moral Basis of a Backward Society*, Nova Iorque, The Free Press, 1958; A. V. Chayanov, *The Theory of Peasant Economy*, Homewood, Illinois, 1966; G. Foster, «Peasant society and the image of limited good», in *American Anthropologist*, 67, 1975; Claude Meillassoux, *Femmes, Greniers et Capitiaux*, Paris, François Maspero, 1975; E. Wolf, *Peasants*, Englewood Cliffs, Nova Jersia, Prentice Hall, 1966.

dos seus empregados. Mas procuram atribuir aos seus empregados e gestores uma divisão de funções, tornando qualquer funcionário substituível, por forma a minorar crises de transição e assim vencer as crises que avassalam as pequenas empresas familiares⁹.

A utilização de antigamente como ameaça tácita aponta para outra característica importante destes relatos de história oral, na medida em que o enredo de praticamente todos eles gira à volta da mobilidade, ascendente ou melhoramento social. Em primeiro lugar, muitas pessoas afirmam muito simplesmente que antigamente toda a gente era mais pobre e que as fábricas fizeram que toda a sociedade subisse na escala económica. O termo mais frequentemente usado para descrever os tempos antigos é *escravatura* e foi aplicado por professores, operários, lavradores e industriais. Um trabalhador justificou a escolha deste termo com a descrição de como havia gente que apanhava do chão pedaços de pão. Uma professora, filha de lavradores abastados, usou a mesma palavra ao referir que lhe bastava oferecer um naco de pão a quem lhe fizesse qualquer recado para logo haver meia dúzia de crianças candidatas. Outro lavrador falava de *escravatura* ao referir-se aos tempos antigos em Famalicão, quando alguns senhores tratavam os outros como seus criados — não como jornaleiros, com direito a um salário fixo, embora irrisório, mas como servidores que tinham de trabalhar a troco dum qualquer salário arbitrário ou de salário nenhum. Praticamente todos os trabalhadores entrevistados descreveram com grande pormenor as diferenças entre a alimentação que eles tinham em crianças e a que têm os seus filhos, lembrando que comiam carne ou fruta apenas uma ou duas vezes por ano e que numa dessas vezes (na Páscoa) tinham de mendigar essas guloseimas dos mais ricos. Uma entrevistada explicou esta espécie de «redistribuição» como sendo a principal razão do interesse popular pelas festividades religiosas, em que os ricos faziam alarde da sua generosidade oferecendo comida à «comunidade». Outra resumiu assim essa caridade: «Quem pode dar dá uma vez, mas quem precisa sempre precisa.»

Ao mesmo tempo, muitos destes trabalhadores concordaram que mesmo os mais ricos eram mais pobres antigamente. Em muitos casos associavam a esta verificação a afirmação de que o trabalho agrícola era mais pesado, mais sujo, com mais horas de exposição aos elementos e com menos segurança de retribuição do que o trabalho na indústria:

Trabalhava-se o mesmo nos anos bons e nos maus, mas nos maus acabava-se por não ter nada para comer nem poder pagar a renda ao senhorio.

Corroborando esta visão das desvantagens da agricultura, um casal de operários fabris reformados chamou a atenção para as diferenças entre Famalicão e outros concelhos mais a norte ou a leste onde não

⁹ Parece haver agora uma tendência para pôr de parte a organização familiar de pequena escala e para adoptar estas formas mais «capitalistas», mas, enquanto as empresas têxteis adoptam as formas «modernas», o sector da confecção parece inclinar-se para as velhas fórmulas de escala reduzida. Na agricultura, embora haja alguns exemplos de exploração agrícola comercial de grande escala, não se detecta uma tendência nítida para este tipo de organização em substituição da exploração familiar restrita, de semi-subsistência.

havia fábricas e de alguns dos quais vêm trabalhadores para Famalicão em busca de trabalho. Este processo de procurar trabalho difere diametralmente do processo clássico de proletarianização, pelo qual camponeses firmemente independentes eram alienados dos meios de produção para os forçar a trabalhar nas fábricas a troco dum salário¹⁰. A proletarianização, nesta sua imagem clássica, é um tipo de mobilidade descendente numa relativa independência económica para a absoluta dependência económica e dos direitos e obrigações mútuos entre senhor e camponês às estritas relações de mercado entre capitalista e proletário. Poucos dos meus entrevistados representavam a industrialização segundo este processo. Pelo contrário, em muitos casos viam na possibilidade de trabalhar nas fábricas por um salário um passo no caminho da independência, e não da dependência económica.

Esta interpretação depende claramente dos «antes» e «depois» sociais, que são relativos. Aparentemente, a população activa rural de Famalicão incluía poucos dos pequenos proprietários rurais ou camponeses independentes de tipo inglês antes de aparecerem as primeiras fábricas e, em contrapartida, incluía uma grande percentagem de jornaleiros e caseiros¹¹. Ambas estas categorias estavam dependentes dos proprietários que podiam contratar jornaleiros ou tinham terras para arrendar aos caseiros. A imagem dominante do minifúndio no Minho leva muitas vezes a supor que estes pequenos proprietários são, e sempre foram, economicamente independentes uns dos outros e de qualquer senhor¹². As histórias orais recolhidas em Famalicão não corroboram esta suposição. Quando se lhes pedia que generalizassem, quase todos os trabalhadores tinham dificuldade em lembrar-se de casos de agricultores que tivessem terra sua suficiente para viver sem trabalhar à jorna, embora não tanta que tivesse de dá-la de renda a caseiros.

É provavelmente verdade que, durante a história pré-industrial de Famalicão, a maioria dos caseiros desfrutavam de maior segurança económica do que a maioria dos jornaleiros e, sem dúvida, maior do que o proletariado rural, sem terra, do Alentejo. Por outro lado, nem todos os caseiros eram iguais e muitos dos relatos orais dão a impressão de que uma percentagem significativa deste grupo ou era expulsa das terras sem aviso prévio se aparecia alguém a oferecer uma renda melhor ao senhorio, ou não podia viver exclusivamente do seu quinhão da colheita, mesmo que não houvesse perigo de ver o arrendamento interrompido.

¹⁰ Esta imagem clássica é quase totalmente originária da revolução industrial inglesa. Todavia, este caso concreto foi elevado à categoria de modelo, e vale a pena referir em que medida o caso de Famalicão difere desse modelo, embora o espaço não nos permita idênticas comparações com casos franceses, alemães, italianos, etc.

¹¹ J. S. Martins chama a atenção para a significância das estatísticas de 1954 — segundo as quais 80,6 % das explorações agrícolas de Famalicão eram consideradas «imperfeitas», isto é, incapazes de sustentar uma família — no seu livro *Estruturas Agrárias em Portugal Continental* (Prelo, 1973).

¹² Para uma discussão mais pormenorizada e bastante viva da questão sobre se os pequenos proprietários do Minho podiam viver do produto das suas pequenas propriedades ver:

Estes caseiros iam engrossar a classe dos jornaleiros em anos em que não conseguiam tomar terras de renda ou em épocas em que havia maior procura de mão-de-obra agrícola (sementeiras, colheitas, tempo de podar, vindimas). Os jornaleiros foram a primeira classe rural a ir trabalhar nas fábricas, porque nestas não havia épocas e porque elas ofereciam emprego potencialmente contínuo, por um período mesmo mais longo do que o de venda anual proposto a muitos caseiros (1 de Novembro a 1 de Novembro). Em primeiro lugar, quer estes trabalhadores fossem quer não autênticos «camponeses», a verdade é que agora não interpretam a sua transformação em operários fabris como uma proletarianização no sentido duma alienação forçada dos meios de produção ou das suas ancestrais raízes na terra. Por outro lado, à medida que as fábricas cresciam e, por pressão governamental, ofereciam uma segurança económica cada vez maior, sob a forma de pensões e benefícios médico-sociais, começaram a atrair as esposas e os filhos dos caseiros e pequenos proprietários mais remediados e, finalmente, os próprios caseiros e proprietários. Com esta forma de «votar com os pés», estes grupos sociais em melhor situação parecem vir confirmar a afirmação inicial dos jornaleiros e caseiros mais pobres de que as fábricas constituíam uma melhoria em relação à agricultura. À medida que o recrutamento para as fábricas promovia o estatuto das classes rurais, as regalias sociais do emprego industrial passaram a ter cada vez maior importância em relação aos salários propriamente ditos. Muitos dos trabalhadores entrevistados, que tinham começado por ser jornaleiros, criticaram explicitamente o facto de ter havido proprietários a trabalhar nas fábricas apenas meia dúzia de anos para depois receberem os benefícios da Previdência, recebendo os mesmos benefícios que aqueles que tinham trabalhado a vida inteira em fábricas porque precisavam do salário para viver¹³. Todavia, como atrás se refere, quase todos os entrevistados também caracterizavam as suas descrições, insistindo em que o trabalho na agricultura era mais duro, mais sujo e menos seguro do que nas fábricas. E assim é que, à medida que se acentuava a diversificação dos postos de trabalho na indústria e se criavam lugares para engenheiros e gestores, mesmo os filhos e filhas dos grandes proprietários rurais começaram a «trabalhar por um salário».

¹³ Tanto jornaleiros como proprietários, operários como patrões, recordavam com saudade certos acontecimentos sociais da agricultura — como a desfolhada do milho ou a espadelada do linho — e alguns descreviam o trabalho agrícola como sendo mais saudável e os tempos antigos como mais alegres. Esta afirmação de que a vida agrícola era mais alegre levanta a questão da nostalgia do campo: não obstante a interpretação da mobilidade geral ascendente. Será que os entrevistados sentem a perda de algo de fundamental no processo de industrialização? Dum modo geral, quando instados a especificar em que aspectos era a vida agrícola mais *alegre*, os entrevistados referiam-se às ocasiões de trabalho colectivo e admitiam que o uso das máquinas na agricultura contribuíra tanto para acabar com esse «espírito de celebração» como a transferência de trabalho da agricultura para a indústria. Esta mesma explicação propõe Moisés Espírito Santo para o aniquilamento do trabalho colectivo no trabalho: *Comunidade Rural ao Norte do Tejo*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1980.

Se o sentimento de perda tem mais a ver com a perda de comunidade do que com a perda de propriedade, como acontece no modelo «clássico» de proletarianização, isso aponta para a necessidade duma crítica da noção marxista de que os camponeses são por natureza «individualistas ferrenhos», enquanto os proletários são por natureza colectivistas ou cooperantes.

A mobilidade ascendente que resultou dos ordenados e salários foi essencialmente, no sentido social, uma subida na escala dos rendimentos ou do nível escolar. No entanto, a industrialização também parece ter produzido mobilidade social em termos marxistas, alterando as relações dos indivíduos com os meios de produção ou redistribuindo a propriedade dos recursos básicos. Por exemplo, muitos dos jornaleiros e caseiros que antes nunca tinham possuído terra nem casa própria conseguiram economizar uma parte suficiente do conjunto dos salários de famílias ganhos na indústria para comprar um quintal e construir uma casa. Se a posse de bens de raiz é que faz a distinção fundamental entre camponês e proletário, então estes trabalhadores foram «camponizados» em vez de «proletarizados». Ao mesmo tempo, alguns pequenos proprietários ou caseiros, e, em certos casos, mesmo operários fabris sem terra, investiram nas suas próprias fábricas, ou nas de familiares. Na indústria têxtil, por exemplo, a «história da fundação da fábrica» mais generalizada e, pelo menos em parte, mítica fala duma pessoa que começa por distribuir teias a várias tecedeiras, cuja produção depois compra numa espécie de indústria caseira. Depois, o mesmo empresário centraliza a produção numa fábrica, até acabar os seus dias confortavelmente, quando não esplendorosamente, numa das quintas em que investiu os lucros da empresa. Esta história é, em si mesma, uma espécie de folclore e é contada numa série de variantes a propósito da maioria das principais fábricas. Às vezes, o próspero industrial começa pela venda ambulante dos seus produtos, ou nas feiras semanais ou porta a porta, com um burro. O burro, que está associado à pobreza e à estupidez, é um símbolo particularmente forte das origens humildes. Independentemente do grau de verdade que haja nesta história generalizada, o que é incontestável é que várias das empresas têxteis de renome nacional existentes na zona de Famalicão-Guimarães (3 das quais se contam entre as 25 maiores empresas industriais do País) foram fundadas por indivíduos que começaram por ser caseiros ou operários fabris. Estes exemplos representam de forma muito evidente a possibilidade, embora improvável, duma drástica mobilidade de sentido ascendente.

É significativo o facto de não ser só o ex-jornaleiro a canalizar outra vez para o campo o fruto do seu trabalho na fábrica. A motivação do jornaleiro ao comprar um pedaço de terra era, sem dúvida, a de garantir a sua própria subsistência. Se não tivesse terra sua, o eventual encerramento da fábrica atirá-lo-ia de novo para as fileiras dos jornaleiros, com toda a inerente insegurança económica. Uma grande distância em termos de posição social e económica separava este trabalhador do dono da fábrica, por muito humildes que fossem as origens deste, que comprava quintas inteiras. No entanto, também o dono da fábrica via na posse da terra uma forma de garantir o seu futuro económico. É claro que, em parte, a quinta trazia consigo uma posição de prestígio na hierarquia social que o êxito industrial, por si só, não lhe podia dar¹⁴. Por outro

¹⁴ Conversas com outros investigadores sobre a história das grandes quintas do Baixo Minho levaram-me a concluir que essas quintas, durante mais de um século, absorveram grandes quantidades de dinheiro em paga desta função de símbolo. Isto aconteceu possivelmente desde a primeira emigração e regresso de segundas gerações para o Brasil no século XVII. É claro que este ponto carece de investigação mais aprofundada, mas parece indicar que a posse da terra era simul-

lado, muitos destes donos de fábricas não tinham aparentemente mais confiança do que os seus operários na perenidade da indústria. Esta desconfiança justificava-se em parte pela frequência com que fechavam pequenas fábricas. Todavia, tal como na bolsa, a desconfiança era quase tanto uma causa como um efeito da instabilidade económica — donos de fábricas que desviavam os seus lucros industriais para investir em terras, em vez de os reinvestir nas fábricas, muitas vezes não podiam ou não queriam actualizar-se, de acordo com as inovações tecnológicas e comerciais, ou manter o equilíbrio das fábricas em períodos de carência de matérias-primas ou de crises de produção excedentária. O mesmo indivíduo que «renunciou» à sua posição de coproprietário e gerente duma empresa têxtil familiar (vide p. 872) exprimiu com grande ênfase a sua filosofia de que «a terra pertence a quem a trabalha». Explicava ele que muitos pequenos industriais nunca aprenderam a distinguir entre agricultura e indústria e, por isso, nunca trabalharam verdadeiramente em nenhuma e em nenhuma tiveram êxito. E isto porque compraram as máquinas exactamente como compraram as terras — na suposição de que umas e outras iriam produzir eternamente, sem nunca precisarem de mais investimento, e de que a posse de umas e outras, por si só, lhes iria garantir segurança económica, sem lhes exigir trabalho. Como prova da necessidade de tanto os proprietários como os empregados trabalharem, citou o fracasso da empresa da sua própria família.

Em qualquer caso, seja dum ponto de vista sociológico quanto a posição social e rendimentos, seja dum ponto de vista marxista quanto à relação com os meios de produção, parece confirmar-se a afirmação de que, em Famalicão, as fábricas deram origem à mobilidade social. Pelo menos concorreram com muito êxito para o recrutamento de pessoal a todos os níveis de rendimentos e com um amplo leque de relação com os meios de produção agrícola. Por outro lado, é verdade que a industrialização não beneficiou igualmente, ou ao mesmo tempo, todas as classes sociais. Se uma pequena fábrica fechava ao cabo de dez anos apenas de produção, o seu fundador podia ter passado do estatuto de caseiro para o de proprietário e talvez pudesse viver apenas dos lucros da sua quinta. O operário, por sua vez, talvez tivesse conseguido comprar um quintal ou construir uma casa, mas teria de continuar a procurar trabalho para viver.

ESTRUTURA SOCIAL MANIPULADA NA HISTÓRIA ORAL

No entanto, ao dar realce às carreiras familiares e à mobilidade social, a maior parte destes relatos orais omitem ou relegam para segundo plano a estrutura social ou a distribuição de recursos. Por um lado, revelou-se sempre difícil saber qual a exacta distribuição dos recursos — a famosa «ronha do lavrador minhoto» desenvolveu-se precisamente para evitar que os fiscais dos impostos, os credores e os vizinhos descobrissem qual

taneamente uma garantia de subsistência num sistema económico muito instável, de mobilidade ascendente e descendente mesmo no longo prazo histórico, e a base de uma aristocracia proprietária entrincheirada.

a verdadeira extensão dos seus bens¹⁵. Por um lado, quando os trabalhadores tentaram extrair da experiência histórica um conjunto de «regras do jogo» que lhes permitissem defender-se do desastre económico ou promover-se socialmente, verificou-se, afinal, que o «jogo» era de interações pessoais, e não de (re)distribuição de recursos não humanos. Neste jogo eram muito importantes as relações sociais de tipo familiar — incluindo padrinhos, vizinhos e «amigos». Da mesma forma que descrevem a utilização na indústria daquilo que tem sido encarado como um tipo de economia doméstica camponesa baseada na família, os relatos orais referem também a utilização na indústria daquilo que tem sido considerado uma economia política camponesa baseada na relação patrono-cliente.

A teoria clássica da economia política camponesa contrapunha a importância que esta economia dava às relações verticais entre patronos ou protectores e clientes à importância que nas sociedades modernas ou industriais se atribui à oposição entre classes unidas horizontalmente por interesses económicos comuns. Em certo sentido, de acordo com esta teoria, os camponeses nunca constituíram realmente uma classe porque estavam mais divididos na disputa dos favores dos mesmos patronos do que estavam unidos pela sua posição comum na estrutura social. É neste sentido que alguns sociólogos modernos apontam para a influência ou mesmo para a predominância («hegemonia») da cultura campesina no seio do operariado industrial em regiões como Famalicão. Mas importa também notar que a persistência, já referida, da família como forma de organização nas fábricas era acompanhada da persistência do patronato. Os empregos nas fábricas, por exemplo, precisamente porque eram considerados (eventualmente, se não sempre) favores económicos do patrão ao empregado, eram distribuídos em termos de patrono-clientela: primeiro aos membros da família, depois aos afilhados, em seguida aos vizinhos. Um entrevistado descreveu um processo particularmente tortuoso de entrada para uma fábrica nos anos 30, quando o seu pai pediu a um vizinho mais abastado que pedisse ao cunhado que pedisse à mulher que pedisse ao irmão que arranjasse um lugar na fábrica para o filho do primeiro. Depois de ter esperado um ano e haver trabalhado primeiro na quinta do vizinho e a seguir na loja do cunhado do vizinho, o homem acabou por arranjar emprego na fábrica. Mais tarde conseguiu arranjar lá lugar para dois filhos. Se bem que admitisse que a sua entrada para a fábrica fora anormalmente complicada, ele e muitos outros operários descreveram como normal o recurso à família ou a relações de amizade e a necessidade de ter muita paciência para arranjar emprego numa fábrica. Só nos raros períodos de crescimento económico as fábricas se viam obrigadas a admitir operários verdadeiramente anónimos. Mesmo durante estes períodos, os gestores das fábricas procuravam averiguar se os candidatos a empregados eram de «boas famílias» e aparentemente consideravam (e continuam a considerar) a reputação dos pais um indicador ou uma garantia segura do trabalho assíduo e das atitudes respeitosas dos filhos. Segundo uma das entrevistadas, esta relação

¹⁵ É difícil reconstituir padrões de posse de terras a longo prazo, em parte porque, como os próprios fiscais dos impostos e os vizinhos dos visados referem, tanto os pequenos como os grandes proprietários architectaram sistemas complicados e apenas mais ou menos legais de registo das suas propriedades em nome de outrem, ou para outros fins, para evitar inveja informal e contribuições formais.

não era tão segura entre irmãos e irmãs. A sua observação faz-nos pensar no tipo de divisões familiares entre irmãos e cunhados, a que se atribui a responsabilidade pela falência de muitas pequenas fábricas. Tanto no caso dos operários como no dos patrões, a disciplina familiar parece ser mais forte, pelo menos teoricamente, verticalmente de pais para filhos do que horizontalmente entre irmãos¹⁶.

Os próprios sindicatos criados pelo Estado a partir de 1930 funcionavam tanto na distribuição de empregos aos trabalhadores «merecedores» como na negociação de contratos colectivos. Por vezes, os sindicatos eram mais um elo na cadeia de contactos patrono-cliente, do peticionário ao pároco da freguesia, deste ao sindicato, deste ao empregador. Estes pedidos de emprego, assim como os pedidos de benefícios médicos, eram formulados tanto em termos de necessidade como de direito e eram baseados, não só nas aptidões do candidato, mas também no número de pessoas a seu cargo. Por um lado, esta linguagem mais não fazia do que reflectir a linguagem oficial do Estado Novo, que descrevia as relações de trabalho em termos de respeito pela autoridade e de caridade cristã para com os dependentes, incluindo os empregados. Por outro lado, era reflexo do excesso da oferta de mão-de-obra em comparação com os postos de trabalho disponíveis. Por ambas as razões, a noção de necessidade utilizada para a distribuição individual de bens de consumo no âmbito da economia doméstica aplicava-se igualmente na distribuição de trabalho na economia em sentido mais geral.

Ao mesmo tempo, o recurso a um patrono era muitas vezes essencial para se conseguir mobilidade social para além do nível do trabalho na fábrica. Muitas famílias conseguiam dar instrução aos filhos através das boas graças dum protector, padrinho ou vizinho, e mais raramente com bolsas de estudo do Estado ou da Igreja — por forma que esses filhos pudessem vir a arranjar empregos em que fossem relativamente independentes de qualquer patrão. As pessoas, normalmente, consideram que os professores, funcionários públicos, médicos e advogados «não têm patrão» ou são «independentes». Neste sentido, muitos dos entrevistados distinguem entre trabalhar para o Estado e trabalhar para uma empresa privada¹⁷. Uns porque entendiam que era mais difícil ser-se despedido dum emprego do Estado, outros por considerarem que o nível de educação exigido para se ocuparem esses lugares era, só por si, prestigiante. Mesmo que, para atingir esse nível, fosse necessário um misto de apadrinhamento e trabalho persistente ou aptidão inata, uma vez este adquirido, as pessoas consideravam (normalmente os pais, em relação aos seus filhos) que isso era suficiente para que aqueles que o possuíam evitassem os canais tradicionais de protecção e, assim, não serem patrões nem terem patrão.

Ter instrução era uma forma de alargar as perspectivas económicas do

¹⁶ Espero orientar parcialmente o programa de entrevistas mais formais para esta questão relativa a quando e como as famílias se subdividiram, quer nos casos em que tinham quer naqueles em que não tinham recursos significativos, tais como terras ou fábricas para gerir ou para dividir.

¹⁷ A história de Portugal não torna completamente clara esta distinção e uma análise profunda da divisão entre as indústrias subsidiadas pelo Estado e as chamadas empresas «privadas» terá de ter em conta as diferenças sistemáticas entre o capitalismo no Sul da Europa, nos países que encetaram a expansão europeia, mas não colheram os seus maiores benefícios, e o capitalismo no Norte da Europa, onde pela primeira vez a iniciativa «privada» se proclamou «livre» do Estado.

indivíduo, conseguir mobilidade no sentido sociológico de aumentar o seu prestígio, subir na escala social. Mas ter um protector também era importante para uma pessoa mudar de classe no sentido marxista de mudar a sua relação com os meios de produção. Muitas das histórias orais explicam a carreira de empresários vindos de origens modestas, não só pela inteligência e ambição desses empresários, mas também pela intervenção de «amigos» bem colocados no Governo, na Igreja ou na iniciativa privada. Neste ponto, as entrevistas apresentam várias alternativas. Uns (normalmente os mais próximos dos industriais a que se referiam) insistiam em que o êxito se ficava a dever ao trabalho persistente, à ambição ou à inteligência do empresário. Outros (normalmente os que só conheciam os industriais por reputação ou pelo êxito que acabaram por ter) insinuavam, embora raramente citando casos concretos, favores concedidos por funcionários governamentais ou por membros da hierarquia religiosa. Outros ainda, normalmente aqueles que tinham tentado, eles próprios, fundar fábricas, mas com menos êxito, atribuíam a série de sucessos descritos à sorte de estar no momento certo no sítio certo, como, por exemplo, aconteceu durante a segunda guerra mundial no sector dos têxteis, num Portugal declaradamente neutral.

Independentemente do alcance ou dos meios de mobilidade social, é flagrante que as distinções de classe — seja no sentido de posição-prestígio social, seja no do controlo dos meios de produção — não desapareceram de Famalicão com a industrialização. Mas não é menos evidente que a família e suas formas análogas nos protecționismos privados, estatais ou da Igreja constituíram formas e princípios de organização política e económica muito importantes. O próprio Marx defendia que a família — em particular a família rural economicamente diversificada e auto-suficiente — nunca poderia representar interesses de classe e, por isso, iria sendo progressivamente minada pelo progresso da indústria e por formas de organização mais típicas do capitalismo. Nas histórias orais de Famalicão, essas formas especificamente capitalistas surgiram em paralelo com formas mais «camponesas» e recuaram mesmo para estas últimas. Se este facto faz de Famalicão uma sociedade camponesa ou da cultura operária uma cultura camponesa, é questão que nos remete de novo a alguns dos pontos por nós levantados no princípio do presente trabalho.

CONCLUSÃO

E. P. Thompson coloca aos historiadores das relações de classe o problema de princípio que consiste em observar essas relações ao longo dum «período de tempo adequado», com vista a descobrir «modelos de relação, ideias e instituições». Este objectivo não difere grandemente da tentativa que os trabalhadores de Famalicão fizeram no sentido de extrair as «regras do jogo», aqui resumidas, sejam elas sociais, políticas ou económicas, da sua própria experiência histórica. Nos relatos orais aqui analisados, os modelos ou regras de princípio são: 1) a família é a organização individual e colectiva fundamental; 2) a mobilidade ascendente é uma experiência colectiva e individual fundamental; 3) o protecționismo é um mecanismo fundamental, tanto da política como da economia.

É evidente que este número limitado de entrevistas não pode permitir-nos conclusões finais sobre a história de Famalicão em geral. Mas a tentativa de analisar este tipo de material no sentido de estudar as relações entre camponeses e proletários, agricultura e indústria, famílias e corporações — em resumo, os problemas de evolução social —, levanta algumas questões de base sobre a adequação da teoria de Thompson ao estudo das classes e da mobilidade social. Eu estou de acordo com Thompson quanto a que talvez seja impossível e injusto tentar decidir, finalmente, se as experiências de classe dos trabalhadores de Famalicão são camponesas ou proletárias, ou tentar dividir essas experiências em partes camponesas (consciência) e partes proletárias (classe). Mas também não me satisfaz a solução académica de concluir que a história de Famalicão «não é feudal nem capitalista» ou é «um pouco de cada».

Se as questões de classe ou de desenvolvimento económico e político fossem meras questões académicas, esta solução podia ser justificável, se não mesmo perfeitamente adequada. Mas estas questões estão intimamente ligadas a questões de política e economia activas, de organização «a partir da base» ou de planeamento «do topo para a base». Referi atrás que, a meu ver, o problema de catalogar um determinado indivíduo ou grupo numa dada classe ou cultura é inseparável do problema de definir o objectivo ou avaliar do êxito da história ou da antropologia. Isto é particularmente evidente no caso da evolução social — transformações de camponês em proletário, por exemplo, ou de feudalismo em capitalismo —, que parece um problema meramente académico ou histórico até que se reconhece ser essencialmente o mesmo problema que o do desenvolvimento económico — da economia de subsistência à comercial, ou dos sistemas de produção tradicionais para os modernos —, o qual, por seu turno, parece um problema estritamente político ou técnico até que nos apercebemos da sua relação com a questão da evolução social.

Não queremos com isto dizer que o presente estudo de história oral, ou o estudo mais alargado da história social de Famalicão, permita decidir sobre qual a melhor orientação económica ou política a adoptar para aquele concelho, ou prever o curso da sua futura evolução. Por outro lado, quer Famalicão tenha quer não seguido, ou venha ou não a seguir, um modelo clássico de «modernização» ou «transformação capitalista» linear ¹⁸, a verdade é que esses modelos existem no mundo circundante e na sua história anterior e contemporânea. Deixou de ser possível escrever a história de Famalicão sem uma única referência a tais modelos, ainda que não possa ser classificada segundo eles nem deva ser julgada por eles, do mesmo modo que não é possível fazer política sem considerar as

¹⁸ As teorias sociológicas da «industrialização» avançadas por estudiosos como Walt Rostow (*The Economics of Take-off into Sustained Growth*, Nova Iorque, 1963) e Samuel Huntington (*Political Order in Changing Societies*, New Haven, 1968) procuram normalmente descobrir obstáculos no seio dos países subdesenvolvidos que os tenham impedido de seguir o rumo dos países desenvolvidos. As teorias marxistas do «desenvolvimento do subdesenvolvimento», avançadas por estudiosos como Andree Gunder-Frank (*The Development of Underdevelopment*) e Samir Amin (*Le Développement Inégal*, Ed. du Minuit, 1973), procuram os efeitos nos países subdesenvolvidos e as causas nos países desenvolvidos, considerando que o desenvolvimento é um processo unificado que beneficiou alguns países precisamente porque prejudicou outros

consequências, directas ou indirectas, desses mesmos modelos. A história oral e a classe «feita pelos homens à medida que vivem a sua própria história» têm de ser consideradas à luz das forças históricas postas em movimento por gerações anteriores e por homens que estão completamente fora do âmbito da história local. É este o tipo de reflexão que falta no enquadramento teórico que Thompson faz dos primeiros movimentos de classe operária na Inglaterra e que faltará em qualquer estudo feito segundo o modelo exclusivo das ideias de Thompson apresentadas naquele seu estudo.

Como atrás referimos, Thompson definiu classe como uma relação histórica, por forma a superar algumas das dificuldades levantadas pelas teorias estruturalistas que dividiam a classe em posição social e reflexão ou consciência cultural. Ao adoptar a definição de classe de Thompson, fui levada a tentar detectar em que termos as pessoas concebiam a sua própria história, como um dos meios de descobrir como elas tinham «vivido» essa mesma história. É claro que estes relatos orais vieram complicar ainda mais a classificação final dos entrevistados em camponeses ou proletários. A crítica de Thompson ao estruturalismo indica que este tipo de classificação é sempre inútil e que é preferível descrever o processo histórico da formação de classe, do ponto de vista dos seus participantes, como sendo simultaneamente social e cultural.

Mas, afinal, este tipo de apresentação «de dentro para fora», sugerido pelas máximas teóricas de Thompson, também não ultrapassa a oposição estruturalista entre posição e consciência ou entre sociedade e cultura. Pelo contrário, cai bastante claramente no lado cultural desta dicotomia. O argumento de Thompson a favor da racionalidade interna dos movimentos históricos, por muito irracional que um dado movimento possa parecer à primeira vista, tem muito a ver com o «relativismo cultural» antropológico¹⁹. Esta é a posição, originalmente oposta às teorias da evolução social, segundo a qual as culturas não podem ser hierarquizadas pelo grau de desenvolvimento ou de valor moral, antes têm de ser estudadas «nos seus próprios termos». O produto final do relativismo cultural consistiu numa série de monografias sobre várias culturas, com uma certa comparação de aspectos específicos, mas sem qualquer ordem global de progresso inevitável de uma para outra. A argumentação de Thompson contra o estruturalismo assume um pouco este tom e, se fosse levada à sua conclusão lógica, daria origem a uma série de monografias sobre várias classes operárias, diferenciadas por época e nacionalidade, se não mais ainda por ocupação e região, com uma certa comparação de aspectos específicos, mas nenhuma ordem global de desenvolvimento de menor para maior consciência, ou de camponeses para proletários. Este tipo de crítica cultural pode ser um correctivo útil para teorias excessivamente mecânicas de causalidade e, sem dúvida, gravita em torno dos intermináveis debates sobre classificação (em camponês-proletário ou superior-média-

¹⁹ Este tipo de abordagem foi liderado por Franz Boas com a implantação da antropologia nas universidades norte-americanas e o seu legado ainda é visível nos estudos de etnistória, muito em voga recentemente nessas universidades. Embora alguns desses estudos tenham por certo objectivos de comparação, a aspiração geral da etnistória é representar cada «povo» ou «grupo étnico» como ele se vê historicamente.

-inferior) suscitados pelas teorias estruturalistas. Todavia, uma definição de classe que parta desta perspectiva de «primeiro a cultura» faz que o objectivo fulcral de cada estudo seja o de descrever um determinado espécime de cultura ou de classe operária tão exaustivamente quanto possível e que o objectivo global da antropologia ou da história seja acumular o máximo número possível de casos estudados, sem necessariamente analisar as causas das diferenças culturais observadas ou as forças que actuam no sentido da transformação futura.

O próprio Thompson parece reconhecer que esta espécie de empirismo não constitui uma alternativa completamente satisfatória ao estruturalismo. Após propor a sua própria perspectiva da classe como um processo simultaneamente social e cultural, e depois de ridicularizar a distinção estruturalista *apriorística* entre posição de classe e consciência de classe, acaba por reintroduzir uma distinção muito semelhante:

A experiência de classe é, em larga margem, determinada pelas relações produtivas em que os homens nasceram — ou em que entram involuntariamente. A consciência de classe é o modo como estas experiências são tratadas em termos culturais: incorporadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência parece determinada, a consciência de classe não.

Esta distinção entre experiência e consciência de classe não é de facto muito diferente da distinção estruturalista entre posição e consciência, excepto talvez em que a experiência está mais intimamente relacionada com a passagem do tempo do que a posição, e em que Thompson começaria os seus estudos de casos pela consciência de classe, enquanto um estruturalista talvez começasse pela posição de classe.

Mas então, depois da sua acalorada polémica contra a distinção *a priori* entre classe e consciência de classe, porque é que Thompson reintroduz o mesmo tipo de distinção? Parece-me que ele reconhece implicitamente que não se pode eliminar totalmente a dicotomia sociedade-cultura sem inevitavelmente privar a própria noção de classe duma grande parte do seu interesse histórico e poder explicativo. Este interesse e poder resultam de a «classe» ser um elo de ligação da transformação económica à transformação política na grande escala das transformações operadas pelo capitalismo ou pela industrialização. Por outro lado, também me parece que Thompson tem razão quando afirma que a dicotomia estruturalista entre sociedade e cultura cria discussões estéreis, *apriorísticas*, sobre a classificação de exemplos concretos. Se o relativismo cultural insiste demasiado na especificidade de cada caso, o estruturalismo insiste demasiado na comparação. Nem a descrição exaustiva no primeiro caso, nem a classificação sumária no segundo, resolvem realmente a questão da relação entre transformação social operada e conflito social activo, entre o passado e o futuro. É esta, no fundo, a mais importante distinção a fazer no estudo das classes. Não pode ser uma dicotomia estrutural porque o futuro se transforma continuamente em passado, mas também não pode reduzir-se a uma unidade descritiva geral sem deixar de lado a análise das tendências futuras em favor da descrição apenas do passado. Deste ponto de vista, esta análise de relatos orais não tem a sua melhor aplicação na classificação de Famalicão como sociedade rural (ou não), ou da cultura dos

trabalhadores de Famalicão como cultura camponesa (ou não), antes se relaciona melhor com as causas passadas e ainda activas de transformação social em Famalicão ²⁰.

²⁰ Entre os autores que tentaram aplicar a noção especificamente marxista de modos de produção a este tipo de questão em Portugal (a «transformação falhada» do feudalismo em capitalismo, ou a «especificidade histórica» do capitalismo em Portugal) contam-se:

Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Regra do Jogo, 1979.

Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Regra do Jogo, 1978.

A análise final da história social de Famalicão, na sequência das conclusões aqui delineadas, terá de se confrontar com esta questão geral. No presente ensaio, porém, a incidência sobre a história oral não permitiu tal confronto de forma produtiva, razão por que esta análise fica incompleta.